

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES

DESTAQUES IPADES

Mai 2018

O CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS PELA AGROPECUÁRIA

A agropecuária se processa na e com a natureza. Cada vez mais se evidencia nas avaliações de fluxo de comércio que, em cada tonelada de produto agropecuário está embutido um determinado conteúdo de recursos naturais.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estimam que 40% do aumento da demanda mundial de alimentos até 2050 deverá ser suprida pelo Brasil. É portanto, relevante a discussão de estratégias para valorizar cada vez mais as exportações do agro brasileiro, tornando-as também sustentáveis.

Os recursos naturais mais impactados pela produção agropecuária são o solo, a água e a biodiversidade. Para determinar esses impactos, atender a demanda mundial de alimentos, gerar cadeias produtivas maiores e mais rentáveis, o Brasil precisa investir em pesquisas de sistemas de produção cada vez mais sustentáveis, e agregar maior valor aos produtos de modo a dar sua contribuição para a produção mundial de alimentos, e também se beneficiar economicamente.

Mas a tarefa é mais complexa, pois não basta gerar tecnologias que atendam os pressupostos acima mencionados. O fazer da agropecuária tem que abandonar as práticas de conhecimento empírico. As cadeias produtivas para serem eficientes têm que contar com profissionais especializados em cada etapa de seu processamento. As ciências agrárias precisam se fazer presente através dos profissionais que as compõem, de modo que a antiga fazenda se torne numa moderna indústria.

Até a terça parte do século passado a equação que norteava a agropecuária era: terra, capital e trabalho. Nessa fórmula a variável trabalho foi substituída por tecnologia, e a fórmula recebeu outra variável, a gestão. O Brasil se tornou um importante player do agronegócio mundial por conta da produção e uso da variável tecnologia.

Os recursos naturais são finitos e este é um grande problema a ser resolvido, por exemplo. A recuperação das pastagens degradadas no Brasil necessita da adubação fosfatada para sua recuperação e manutenção. Essa demanda aponta para a exaustão das minas de fosfato não só no Brasil, mas no mundo, porque em nível mundial a oferta de fosfato não é muito abundante. Assim, pois, a ciência tem que descobrir formas de produção agropecuária que possam, por exemplo, utilizar a ciclagem de nutrientes, como fazem as florestais tropicais. Os desafios estão lançados.

AMAZÔNIA LEGAL REDUZIU O DESMATAMENTO EM 2017

A área antropizadas da Amazônia Legal que ultrapassa a superfície do Maranhão é mais que suficiente para promover um desenvolvimento econômico sustentado e sustentável na região. Do exposto conclui-se que esta região não precisa ser mais desmatada, mas que se utilize com conhecimento científico e tecnologias que promovam sistemas de produção sustentáveis.

A fase de ocupação nas décadas de 1960 e 1970 ocorreu com base em conhecimento e tecnologias empíricas trazidas por pecuaristas e colonos. Atualmente, ainda ocorra, não mais terá apoio institucional e da sociedade para continuar.

Além desse importante apoio, o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), realiza o monitoramento por satélite do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal, desde 1988, produzindo taxas anuais de desmatamento na região, estimadas no período de agosto a julho.

O corte raso da floresta reduziu-se no período de agosto de 2016 a julho de 2017, mas infelizmente não ocorreu pela conscientização dos produtores ou ação do governo, mas pelo quadro recessivo da economia nacional, apontado como a forte causa dessa redução.

Em comparação com dados de séries históricas a queda representa redução de 76% em relação a registrada em 2004, quando o governo federal lançou o Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), atualmente coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Desmatamento por Estado na Amazônia Legal em Km²

Estado	2016	2017	Varição %
Acre	372	244	-34
Amapá	17	31	82
Amazonas	1.129	965	-15
Maranhão	258	237	-8
Mato Grosso	1.486	1.341	-10
Pará	2.992	2.413	-19
Rondônia	1.376	1.252	-9
Roraima	202	115	-43
Tocantins	58	26	-55
Amazônia Legal	7.893	6.624	-16

Fonte: PRODES.

A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Toda língua falada é viva está em constante mudança, sendo maior naquelas que possuem um grande número de falantes, e em regiões com culturas diferentes, como é o caso da língua portuguesa, que atualmente possui algo em torno de 260 milhões de falantes nativos, estando entre os cinco idiomas mais falados no mundo. Daí ser correto se dizer que a língua portuguesa tem uma identidade brasileira.

É o que pretende demonstrar o mais recente Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), coordenado por Ataliba Teixeira de Castilho, atualmente professor colaborador voluntário da Universidade de Campinas (Unicamp), em São Paulo, que reuniu 200 pesquisadores de todo o país. Os resultados estão sendo divulgados agora.

No seu objetivo o projeto trabalha simultaneamente com quatro sistemas (léxico, gramática, semântica e discurso), que são vistos de modo integrado. Um dos resultados do projeto diz respeito a diferenciação com o português falado em Portugal. “Os dois idiomas são os mesmos, mas já mostram muitas diferenças. Uma projeção do ritmo dessas mudanças, por meios estatísticos, indica que em 200 anos, os brasileiros não mais se entenderem com os portugueses, no mesmo idioma”. Diz o coordenador da pesquisa.

No terreno das hipóteses podem-se levantar duas situações a respeito do resultado dessa análise estatística. Uma sobre a amostragem e a metodologia utilizadas para demonstrar que em 200 anos o idioma português falado no Brasil e em Portugal será muito diferente, ou seja, serão duas línguas. A outra é a integração do mundo globalizado e sua ligação on line, e também a influência cada vez maior que o Brasil, quer pela economia, quer pela cultura, exercerá sobre Portugal.

O que poderá ocorrer, em função dessa influência, será o português falado em Portugal, inclusive pelo sotaque, se aproximar do modo falante brasileiro. Isto porque, tem aumentado o número de brasileiros que se integram como cidadãos de Portugal, e a cultura brasileira sendo admirada e aceita pela população portuguesa, como exemplo têm-se as novelas da televisão brasileira, darão grande contribuição para que isso ocorra.

ESPERANÇA PARA A MATA ATLÂNTICA

Pesquisa de doutorado do biólogo Ramon Felipe Bicudo da Silva, no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade Estadual de Campinas (Nepam-Unicamp), demonstra que a vegetação nativa da Mata Atlântica do Vale do rio Paraíba, entre o Rio de Janeiro e São Paulo, mais que dobrou nos últimos 50 anos.

Esse crescimento apresenta a seguinte escala. Em 1962, a vegetação nativa se estendia por pouco mais que 200 mil hectares, em 1995 essa área subiu para 350 mil hectares, chegando em 2011 a 450 mil hectares, o que equivalente a 30% do território paulista do Vale do rio Paraíba.

O que vem ocorrendo, segundo o pesquisador é que: “a Mata Atlântica no Vale do rio Paraíba passa por um processo conhecido como transição florestal, quando há uma mudança nas características do uso da terra, saindo de um período de constante redução da vegetação nativa para outro de expansão natural das florestas originais”. E porque isso continua o pesquisador: “ali, a transição está relacionada ao abandono de áreas de topografia incompatível com a agricultura mecanizada, a projetos de preservação ambiental envolvendo o cultivo de eucalipto e a migração das populações rurais para grandes centros urbanos”.

As conclusões se baseiam em imagens do satélite Landsat 5, em dados sobre o desenvolvimento industrial da região e entrevistas com produtores rurais, pesquisadores de universidades, representantes de ONGs e de órgãos do governo.

A Mata Atlântica tem sido devastada desde a época do Brasil colônia. Inicialmente com a extração do Pau-brasil e do cultivo da cana-de-açúcar, entre os séculos XVI e XVIII, passando pelos ciclos econômicos do ouro e do café, e mais recentemente pela pecuária e expansão urbana.

Esse bioma que ocupava mais de um milhão de km², em 17 estados brasileiros, hoje reduz-se a singelas manchas florestais de cerca de 50 hectares cada, segundo o último Atlas de Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, da Fundação SOS Mata Atlântica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

O estudo de caso do vale do rio Paraíba pode orientar projetos de restauração florestal em áreas onde existam processos históricos e econômicos semelhantes, mesmo em outros biomas. Já em regiões onde a agricultura é intensa e os poucos remanescentes florestais que sobraram estão muito degradados, pode ser necessário investir em outras estratégias de restauração. “Nessa condição, outras iniciativas são recomendadas, como o plantio de sementes ou de mudas de espécies nativas”, diz Ricardo Rodrigues, da Esalq/USP.